

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1ª Sessão Ordinária de 2023

(Publicada no Diário Eletrônico do CNMP, Caderno Processual, de 07/02/2023, págs. 1/27)

Dia: 14/02/2023

Hora: 09:00 horas

Local: Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público – SAF Sul, Quadra 2, Lote 3
Brasília-DF

PAUTA DESTA SESSÃO

PARTE I

1) Aprovação da Ata da 19ª Sessão Ordinária de 2022 (19/12/2022).

PARTE II – PROCESSOS ELETRÔNICOS

Processos com Pedidos de Vista

Pedido de Vista na 5ª Sessão Ordinária de 2021 (13/04/2021)

1) Pedido de Providências nº 1.00448/2020-75

Requerente: Misael Silva Nogueira

Requerido: Ministério Público do Estado do Amapá

Objeto: Ministério Público do Estado do Amapá. Irregularidades. Pagamento de subsídios de membros. Valores acima do teto constitucional. Vedação ao recebimento de vantagens e auxílios ao subsídio.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Amapá

Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 9ª Sessão Ordinária de 2021 (08/06/2021)

2) Proposição nº 1.00415/2021-60

Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza

Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União

Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Institui a Política Nacional de Proteção de Dados Pessoais e o Sistema Nacional de Proteção de Dados Pessoais do Ministério Público brasileiro, e dá outras providências.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: Distrito Federal

Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

- 3) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00447/2017-70 (Recurso Interno)
- Recorrente: Fábio George Cruz da Nóbrega
Recorrido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Resolução n.º 078/2017 – PGJ/RN. Regulamentação da conversão em pecúnia de férias e licenças-prêmio não gozadas por necessidade do serviço. Necessidade de serviço. Presunção. Arguição de nulidade da referida Resolução. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Rio Grande do Norte
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2021 (10/08/2021)

- 4) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00645/2020-85
- Requerente: Vanessa Fernandes Queiroga Pita
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público do Estado de Alagoas. Concurso público para provimento de cargos. Analista do Ministério Público, área de Comunicação Social. Manutenção de servidores em cargos comissionados. Prejuízos à nomeação dos candidatos aprovados.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Alagoas
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedido de Vista na 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 5) Reclamação Disciplinar nº 1.01326/2021-50
- Requerente: José Antonio dos Santos Medeiros
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso; Ministério Público do Estado de Mato Grosso
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso.
- Relator: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Pedido de Vista na 3ª Sessão Ordinária de 2022 (15/03/2022)

- 6) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00383/2019-89 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Fernanda Alitta Moreira da Costa; Roberto Portela Mildner
Advogados: Fábio Medina Osório – OAB/RS n.º 64975; Eduardo Silva Toledo – OAB/DF n.º 44.181
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membros do Ministério Público do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul. Prática de assédio moral contra servidores, estagiários e funcionários terceirizados. Procuradoria do Trabalho do Município de Santo Ângelo. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar nº 1.00773/2018-96. Portaria CNMP-CN nº 46/2019.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Engels Augusto Muniz

Pedido de Vista na 6ª Sessão Ordinária de 2022 (26/04/2022)

- 7) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.01094/2021-58
Requerente: Cristiano Zanin Martins
Requerido: Corregedoria do Ministério Público Federal
Interessado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão de Processo Disciplinar. Expediente PGR-00020423/2021. Decisão definitiva proferida pela Corregedoria Geral do Ministério Público Federal, que determinou o arquivamento da representação.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Cons. Daniel Carnio Costa

Pedido de Vista na 7ª Sessão Ordinária de 2022 (10/05/2022)

- 8) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00347/2022-66
Requerente: Associação do Ministério Público do Estado do Pará
Advogados: Clauber Hudson Cardoso Duarte – OAB/PA nº 23.621; Daniel Konstadinidis – OAB/PA nº 9.167; Thiago Carvalhaes Peres – OAB/PA nº 21.233
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Desconstituição de ato da Corregedoria-Geral. Determinação para que a Corregedoria Geral se abstenha de realizar controle prévio dos objetivos lançados nos planos de atuação dos membros. Ausência de competência administrativa para o ato e violação ao princípio institucional de independência funcional. Resolução n.º 007/2016-CPJ-MPPA. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D’Albuquerque Lima Neto

Pedidos de Vista na 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

- 9) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01100/2017-27
Requerente: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Nota Técnica n.º 11/2017/PCDF/MPF. Proteção à criança e ao adolescente. Atuação dos Ministérios Públicos estaduais.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 10) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.01105/2017-03
Requerentes: Anna Maria Amarante Brancio; Marya Olimpia Ribeiro Pacheco; Renato Barão Varalda
Requeridos: Ministério Público Federal; Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão
Interessados: Deborah Macedo Duprat de Britto Pereira; Sergio Gardenghi Suiama
Objeto: Ministério Público Federal. Conflito de atribuições entre a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão e a Justiça Estadual. Edição de Nota Técnica n.º 11/2017/PFDC/MPF. Matéria da infância e juventude.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira

Pedido de Vista na 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

11) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00541/2022-05

Requerente: Silvia Leticia Bernardes Mariosi Amaral
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Interessado: Bernardo de Moura Lima Paiva Jeha
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Remoção de Promotor de Justiça para a 1ª Promotoria de Comarca de Itaúna. Alegação de ilegalidades ocorridas na votação do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Pedidos de Vista na 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

12) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00247/2021-30

Requerente: Associação do Ministério Público do Estado da Bahia
Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Desconstituição de ato. Resolução nº 101, aprovada pelo Conselho Superior. Ato Nº 01/2021-CGMP/BA, editado pela Corregedoria Geral. Regulamentação do estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Pedido liminar.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Bahia
Vista: Cons. Moacyr Rey Filho
Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto

13) Pedido de Providências nº 1.00422/2022-34

Requerente: Rainor Ido da Silva
Advogado: Francisco Yukio Hayashi – OAB/SC n.º 038522
Requerido: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Decisão. Determinação para o deferimento de pedido de cópias integrais do PCA CNMP nº 739/2021-80.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Pedidos de Vista na 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 14) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00751/2020-40
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessado: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Abuso do direito de petição. Promoção de representação disciplinar temerária em face de membro da Advocacia Geral da União. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00310/2020-67. Portaria CNMP-CN nº 48/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
- 15) Proposição nº 1.00593/2022-45 (Embargos de Declaração)
Embargante: Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, § 1º, inciso II, da Resolução CNMP nº 223/2020, para suprimir locução do texto original e permitir que os valores das participações obrigatórias dos beneficiários possam ser objeto de ressarcimento.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
Vista: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Pedido de Vista na 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 16) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00706/2022-76
Requerente: Beatriz Kicis Torrents de Sordi
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Interessado: Comissão de Infância e Juventude
Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Controle. Recomendação nº 1/2022. 5ª Promotoria de Justiça de Eunápolis/BA. Adoção de medidas pelo Conselho Tutelar de Eunápolis, Itagimirim e Itapebi, pela Secretaria Municipal de Educação e por unidades de ensino públicas e privadas. Obrigatoriedade da imunização das crianças de 5 a 11 anos contra a Covid-19.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Bahia
Vista: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior

Pedidos de Vista na 18ª Sessão Ordinária de 2022 (29/11/2022)

- 17) Reclamação Disciplinar nº 1.00172/2021-60 (Processo Sigiloso)
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Mato Grosso do Sul
Vista: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
- 18) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00882/2021-63
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Pará
Advogado: Daniel Coutinho da Silveira – OAB/PA n.º 11595
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado do Pará. Instrumentalização de sua atuação funcional em fundamentos ideológicos e desviando-se do atendimento do interesse público. Informações colhidas na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00305/2021-80. Portaria CNMP-CN nº 34/2021.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Pará
Vista: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Cons. Rinaldo Reis Lima
- 19) Sindicância nº 1.00617/2022-39 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Amazonas
Advogados: Daniel Cardoso Gerhard – OAB/MG n.º 101473; Aline Auzier Franca – OAB/AM n.º 17.230; Ana Luiza Moraes Rebouças – OAB/AM n.º 5.891
Objeto: Sindicância instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Amazonas.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Amazonas
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- 20) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00929/2022-05 (Recurso Interno) (Apenso: Processo nº 1.00938/2022-98)
Recorrente: Marcos Antonio Ferreira das Neves
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público. Declaração de suspeição de membro para atuar na condição de integrante do Colégio de Procuradores de Justiça. Processo nº 037/2021-CPJ. Arquivamento do Inquérito Civil nº 000029-009/2020. Notícia de Fato Nº 000441-151/2021. Pedido liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
Vista: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Processos com pedido de vista regimental cancelado em razão de fim de mandato

- 21) Proposição nº 1.00328/2018-90
Requerente: Orlando Rochadel Moreira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Dispõe sobre a impossibilidade de servidor ou membro do Ministério Público requerer a aposentadoria voluntária no curso de processo punitivo disciplinar.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 22) Proposição nº 1.00509/2018-25
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Emenda Regimental. Acréscimo do inciso XX ao art. 5º, do RICNMP. Competência do Plenário para afastar, por inconstitucionalidade, e observada a maioria absoluta de seus membros, a aplicação de Lei aproveitada como base de ato administrativo objeto de controle.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal
- 23) Proposição nº 1.00891/2018-03
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Brasileira dos Advogados Previdenciários
Advogado: Donne Pisco – OAB/DF n.º 22.812
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Não intervenção do Ministério Público em contratos particulares firmados entre advogados e seus constituintes. Ausência de interesse de incapazes, interesse público ou social.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 24) Proposição nº 1.00461/2019-18
Requerente: Lauro Machado Nogueira
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamento de cursos oficiais para ingresso, formação inicial e vitaliciamento de membros do Ministério Público.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 25) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00635/2019-70 (Recurso Interno)
Recorrente: Margaret Matos de Carvalho
Advogados: Rudi Meira Cassel – OAB/DF n.º 22.256; Jean Paulo Ruzzarin – OAB/DF n.º 21006; Araceli Alves Rodrigues – OAB/DF n.º 26720; Marcos Joel dos Santos – OAB/DF n.º 21203; Pedro Henrique Fernandes Rodrigues – OAB/DF n.º 42.804
Recorrido: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Trabalho. Reclamação Disciplinar n.º 1.00319/2019-99. Manifestação em rede social. Conteúdo ofensivo ao Presidente da Câmara dos Deputados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

Processos Remanescentes

Incluído na Pauta da 18ª Sessão Ordinária de 2019 (26/11/2019)

- 26) Proposição nº 1.01065/2017-37
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Atuação dos membros do Ministério Público na responsabilização civil e penal de advogados públicos ou privados emissores de pareceres técnicos.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2021 (18/10/2021 e 19/10/2021)

- 27) Proposição nº 1.01226/2021-14
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de emenda regimental. Alteração do §6º, do art. 7º, e faz acréscimos ao art. 59, do RICNMP.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 1ª Sessão Ordinária de 2022 (08/02/2022)

- 28) Proposição nº 1.00271/2021-42
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Dispõe sobre regras gerais regulamentares para concursos de ingresso na carreira do Ministério Público Brasileiro, consolidando as Resoluções nº 14/2006; nº 24/2007; nº 40/2009; nº 57/2010; nº 118/2014; nº 141/2016; nº 170/2017; nº 188/2018; nº 203/2019; nº 206/2019 e a Resolução nº 219/2020; o Enunciado nº 11/2016; e as Súmulas nº 4 e nº 5, de 2018; nº 6 e nº 7, de 2018, e nº 10 de 2018, e incluindo dispositivos com teor extraído das Recomendações nº 12/2009, nº 25/2014 e nº 40/2016 e sugerido na Proposta de Resolução nº 1.01141/2018-59.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

- 29) Conflito de Atribuições nº 1.00681/2021-39
Requerente: Procuradoria da República – Mato Grosso
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Mato Grosso. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGR 1.00.000.001361/2020-70. Apuração de possíveis atos de improbidade administrativa na administração dos recursos federais destinados à Secretaria Estadual de Educação para o Programa de Apoio à Alimentação Escolar na Educação Básica – PNAE.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso

Incluído na Pauta da 2ª Sessão Ordinária de 2022 (22/02/2022)

- 30) Proposição nº 1.01227/2021-78
Requerente: Sandra Krieger Gonçalves
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Instituição da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina no Ministério Público e dispõe sobre a criação e manutenção, no âmbito do CNMP, de repositório online com dados de mulheres juristas brasileiras com expertise em diferentes áreas do Direito e que atuem em todas as áreas jurídicas – magistratura, Ministério Público, advocacia privada ou estatal, acadêmicas e servidoras públicas.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 3ª Sessão Ordinária de 2022

- 31) Proposição nº 1.00171/2022-05
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Enunciado. Uniformização do julgamento de Conflitos de Atribuição que digam respeito a instituições de ensino superior (a) caso a demanda verse sobre questões privadas relacionadas ao contrato de prestação de serviços firmado entre a instituição de ensino superior e o aluno, tais como inadimplemento de mensalidade, cobrança de taxas, desde que não se trate de mandado de segurança, e, (b) em caso de mandado de segurança ou de registro de diploma perante o órgão público competente ou mesmo credenciamento da entidade perante o Ministério da Educação (MEC).
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 4ª Sessão Ordinária de 2022 (29/03/2022)

32) Reclamação Disciplinar nº 1.00844/2020-00 (Processo Sigiloso)

Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Advogado: Marcelo Ramos Peregrino Ferreira – OAB/SC n.º 12309
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de Santa Catarina;
Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Santa Catarina.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Santa Catarina

Incluídos na Pauta da 5ª Sessão Ordinária de 2022 (19/04/2022)

33) Reclamação Disciplinar nº 1.00555/2019-23 (Recurso Interno)

Recorrente: Luiz Paulo Teixeira Ferreira
Advogada: Desiree Gonçalves de Sousa – OAB/DF n.º 51483
Recorrido: Membro do Ministério Público Federal
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

34) Conflito de Atribuições nº 1.00218/2022-40

Requerente: Procuradoria da República – Maranhão
Requerido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Maranhão. Ministério Público do Estado do Maranhão. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.19.002.000142/2021-62. SIMP nº 001993-509/2021. Apuração de existência de bingos clandestinos. Município de Aldeias Altas/MA.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Maranhão

Incluídos na Pauta da 8ª Sessão Ordinária de 2022 (24/05/2022)

35) Proposição nº 1.00511/2018-30 (Embargos de Declaração)

Embargantes1: Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho
Embargante2: Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Acrescenta o § 5º ao art. 1º, da Resolução CNMP nº 73/2011. Possibilidade do exercício das atividades de coaching e similares pelos membros do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 9ª Sessão Ordinária de 2022 (14/06/2022)

- 36) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00408/2021-87
Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público
Requeridos: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo
Advogados: Eduardo Pizarro Carnelos – OAB/SP n.º 78154; Roberto Soares Garcia – OAB/SP n.º 125605; Flavia Amarante Teixeira Duarte – OAB/SP n.º 434393
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Membros do Ministério Público do Estado de São Paulo. Manifestação no bojo do Pedido de Providências nº 1.00675/2019-19. Possível manifestação difamatória e ofensiva em face de Conselheiros Nacionais do Ministério Público.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Distrito Federal
- 37) Reclamação Disciplinar nº 1.01279/2021-08 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
Embargante: Sigiloso
Embargado: Membro do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 38) Proposição nº 1.00138/2022-02
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Revogação do inciso V do artigo 1º da Resolução CNMP nº 208, de 13 de março de 2020, e restabelece o preenchimento e envio dos relatórios de inspeções de que trata Resolução CNMP nº 154, de 13 de dezembro de 2016.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 10ª Sessão Ordinária de 2022 (28/06/2022)

- 39) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00006/2022-18
Requerente: Marcelo Yuri Moreira Martins
Advogado: Matheus Andrade Braga – OAB/CE nº 40.495
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Indicação de Técnico Ministerial para cargo comissionado de Assessor Jurídico I na 2ª Promotoria de Justiça de Conflitos Fundiários e Defesa da Habitação. Indeferimento. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Ceará
- 40) Proposição nº 1.00326/2022-13
Requerentes: Antônio Edílio Magalhães Teixeira; Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Controle Administrativo e Financeiro; Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Recomendação aos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro a observância dos tratados, convenções, protocolos internacionais de direitos humanos e da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos, quando oportuno e conveniente.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

Incluído na Pauta da 11ª Sessão Ordinária de 2022 (09/08/2022)

- 41) Conflito de Atribuições nº 1.00633/2022-03 (Processo Sigiloso)
Requerente: Procuradoria da República no Município de Santarém/PA
Requerido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Pará. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.23.002.000265/2022-51 e Notícia de Fato nº 005482-031- 2022. Apuração de falta de prédio para funcionamento da escola localizada na comunidade São Francisco do Aruã, Gleba Nova Olinda, PEAEX Aruã/Santarém.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Pará

Incluídos na Pauta da 13ª Sessão Ordinária de 2022 (13/09/2022)

- 42) Proposição nº 1.00220/2019-05
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração das Resoluções n.º 20/2007, n.º 129/2015 e n.º 181/2007. Adequação às disposições do art. 53, do Estatuto da Igualdade Racial e do Direito Internacional dos Direitos Humanos.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 43) Proposição nº 1.00301/2019-05
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Interessado: Associação Nacional dos Procuradores da República
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Anteprojeto de Lei. Código de Ética e de Conduta do Ministério Público da União e dos Estados.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 44) Proposição nº 1.00708/2019-32
Requerente: Dermeval Farias Gomes Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Recomendação. Fiscalização de verbas do Fundo Penitenciário Nacional. Ações dirigidas à ampliação de ofertas de vagas do sistema prisional.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 45) Procedimento Avocado nº 1.01165/2021-03
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado do Acre
Advogados: Marcus Venicius Nunes da Silva – OAB/AC n.º 3886; Alessandro Callil de Castro – OAB/AC n.º 3.131
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado do Acre; Ministério Público do Estado do Acre
Objeto: Ministério Público do Estado do Acre. Procedimento Avocado. Procedimento Administrativo Disciplinar nº 10.2020.00000063-0. Acórdão proferido na Reclamação Disciplinar CNMP nº 1.00601/2021-72.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Acre

- 46) Proposição nº 1.00139/2022-58
Requerente: Otavio Luiz Rodrigues Junior
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução nº 154, de 13 de dezembro de 2016, que dispõe sobre a atuação dos membros do Ministério Público na defesa dos direitos fundamentais das pessoas idosas residentes em instituições de longa permanência e dá outras providências.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Distrito Federal
- 47) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00433/2022-32
Requerente: Kennedy Carvalho Bezerra
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Suspensão da decisão proferida pelo Conselho Superior do Ministério Público, que converteu o julgamento em diligência, determinando o retorno do processo 01.2021.00016033-0 à origem. Desrespeito à independência funcional do requerente. Pedido liminar.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Ceará
- 48) Proposição nº 1.00630/2022-42
Requerente: Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração da Resolução CNMP nº 173, de 4 de julho de 2017, para estabelecer a necessidade de envio automatizado ao CNMP das decisões dos órgãos colegiados dos ramos e unidades do Ministério Público investidos do controle da atuação extrajudicial finalística.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Distrito Federal
- 49) Proposição nº 1.00653/2022-00
Requerente: Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Alteração do art. 4º, inciso I, da Resolução CNMP nº 20/2007. Redução do número de visitas ordinárias na atividade de controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 15ª Sessão Ordinária de 2022 (11/10/2022)

- 50) Proposição nº 1.00634/2022-67
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Diretrizes para realização de videoconferência no âmbito do Ministério Público.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 51) Proposição nº 1.00635/2022-10
Requerente: Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Emenda Regimental. Alteração do art. 148, §2º, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 16ª Sessão Ordinária de 2022 (25/10/2022)

- 52) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00708/2021-93
Requerente: Angelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Revisão do Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00.002.000042/2017-21. Decisão do Conselho Superior do MPF.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 53) Proposição nº 1.01297/2021-90
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito do Ministério Público, da tutela coletiva de segurança pública e do controle externo da atividade policial.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal

- 54) Proposição nº 1.01301/2021-92
Requerente: Marcelo Weitzel Rabello de Souza
Interessado: Comissão do Sistema Prisional e Controle Externo da Atividade Policial
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Regulamentação, no âmbito das unidades e ramos do Ministério Público, da tutela coletiva das políticas públicas de execução penal e da atividade de fiscalização dos estabelecimentos penais efetuadas pelos seus membros.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Distrito Federal
- 55) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00708/2022-83 (Recurso Interno)
Recorrente: Alan Johnnes Lira Feitosa
Recorrido: Ministério Público do Estado do Pará
Objeto: Ministério Público do Estado do Pará. Suspensão dos certames de promoção e de remoção. Aplicação das regras de antiguidade na entrância. Protocolo nº 59.998/2018. Pedido de reconsideração de decisão do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Pará. Pedido Liminar
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Pará
- 56) Revisão de Processo Disciplinar nº 1.00978/2022-76
Requerente: Ângelo Goulart Villela
Advogados: Eugênio José Guilherme de Aragão – OAB/DF n.º 4935; Rafael de Souza Oliveira – OAB/DF n.º 36482
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. PAD 1.00.002.000050/2018-59. Alegação de nulidade.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal

Incluídos na Pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2022 (22/11/2022)

- 57) Reclamação Disciplinar nº 1.00591/2019-97 (Recurso Interno)
Recorrentes: José Renan Vasconcelos Calheiros; Rogerio Correia de Moura Baptista
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogados: Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673; Luiz Roberto Fonseca Silva – OAB/SP n.º 351939; Marcio Fernando Elias Rosa – OAB/SP n.º 83.744
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Paraná

- 58) Pedido de Providências nº 1.00642/2021-04
Requerentes: Belivaldo Chagas Silva; Camilo Sobreira de Santana; Flavio Dino de Castro e Costa; João Azevedo Lins Filho; José Renan Vasconcelos Calheiros Filho; José Wellington Barroso de Araujo Dias; Maria de Fátima Bezerra; Paulo Henrique Saraiva Câmara; Rui Costa dos Santos
Advogados: Ricardo de Lima Sellos – OAB/MA n.º 8386; Rodrigo Maia Rocha – OAB/MA n.º 6469
Requeridos: Lindora Maria Araujo; Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público Federal. Determinação de redistribuição do Procedimento Administrativo nº 1.00.000.005524/2020-93 ao órgão ministerial competente. Apuração da utilização de recursos públicos federais repassados aos Estados para o combate à pandemia causada pelo vírus da COVID-19. Suspensão imediata da prática de qualquer ato pela Reclamada no referido procedimento administrativo. Violação ao princípio do Promotor Natural.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 59) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00693/2021-90 (Processo Sigiloso)
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Advogado: João Pedro de Souza Mello – OAB/DF n.º 63.016
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Reclamação Disciplinar nº 1.00476/2020-00. Exercício da advocacia por parte de integrante dos quadros de membros ativos do Parquet. Reincidência. Desrespeito à decisão proferida e penalidade aplicada pelo Conselho Nacional do Ministério Público.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal
- 60) Conflito de Atribuições nº 1.00550/2022-04
Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.33.000.000860/2022-61. Apuração de possíveis irregularidades ambientais decorrentes de poluição atmosférica causada pelo excesso de tráfego de caminhões e alta propagação de poeira, oriundos do empreendimento minerário SL VIEIRA TERRAPLANAGEM, em Biguaçu/SC.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Santa Catarina

- 61) Conflito de Atribuições nº 1.00713/2022-50
Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal no Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 38.0419.0000014/2022-1. Processo nº 5002164-49.2019.4.03.6115. SEI 29.0001.0094748.2022-78. Apuração de prática do crime disposto no art. 334-A, § 1º, inciso IV, do Código Penal. Proposta de acordo de não persecução penal. Município de São João da Boa Vista/SP. Município de Santa Cruz das Palmeiras/SP.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: São Paulo
- 62) Reclamação para Preservação da Autonomia do Ministério Público nº 1.00848/2022-05 (Recurso Interno)
Recorrente: Diomar Bezerra Lima
Advogado: Eduardo Grolli – OAB/MA n.º 6505
Recorrido: Ministério Público do Estado do Maranhão
Objeto: Ministério Público do Estado do Maranhão. Requer que o Parquet reassuma a elaboração da folha de pagamento dos aposentados, atualmente delegada ao Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Estado – IPREV/MA, autarquia estadual vinculada ao Poder Executivo, com o intuito de preservar a autonomia administrativa, financeira e orçamentária do Ministério Público do Estado do Maranhão.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Maranhão
- 63) Conflito de Atribuições nº 1.00942/2022-00
Requerente: Procuradoria da República – Rondônia
Requerido: Ministério Público do Estado de Rondônia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Rondônia. Ministério Público do Estado de Rondônia. Conflito negativo de atribuições. Inquérito Civil nº 1.31.000.001246/2017-23. Apuração de possíveis irregularidades em obras públicas em escolas com recursos públicos provenientes do FNDE. Termo de Compromisso do Programa Ações Articuladas – PAR 32157/2014. Município de Governador Jorge Teixeira/RO.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rondônia
- 64) Pedido de Providências nº 1.00961/2022-46
Requerente: Comissão de Controle Administrativo e Financeiro
Interessado: Transparência Brasil
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Estudo acerca da possibilidade de melhorias na disponibilização das informações sobre remunerações dos Ministérios Públicos, mediante adoção de boas práticas em transparência ativa e dados abertos, alinhadas com as determinações da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e das Resoluções CNMP nº 86/2012 e nº 89/2012.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Distrito Federal

- 65) Conflito de Atribuições nº 1.01043/2022-61
Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato n.º 1.11.001.000093/2022-47. Apuração de irregularidades em barragem sem licença ambiental no Município de Batalha/AL.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Distrito Federal
- 66) Conflito de Atribuições nº 1.01109/2022-40
Requerente: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Requerido: Ministério Público do Trabalho
Objeto: Ministério Público do Espírito Santo. Ministério Público do Trabalho. Conflito negativo de atribuição. Procedimento Preparatório n.º 2022.0006.3304-16. Apuração de negativa do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Cachoeiro de Itapemirim em desfiliar sindicalizados.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Espírito Santo
- 67) Proposição nº 1.01122/2022-54
Requerente: Moacyr Rey Filho
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Criação da Estratégia Nacional do Ministério Público Digital (MP Digital).
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

Incluídos na 19ª Sessão Ordinária de 2022 (19/12/2022)

- 68) Proposição nº 1.00152/2019-10 (Apenso: Processo nº 1.01037/2020-51)
Requerente: Valter Shuenquener de Araújo
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Determinação para a manutenção de cadastro de palestrantes com o objetivo de fomentar a paridade de gênero nos eventos promovidos ou apoiados pelas unidades do Ministério Público.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 69) Reclamação Disciplinar nº 1.00422/2019-93 (Pedido de Revisão)
Requerentes: Erick Venâncio Lima do Nascimento; Leonardo Accioly da Silva
Requeridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810
Objeto: Pedido de revisão de decisão monocrática proferida pela Corregedoria Nacional do Ministério Público que determinou o arquivamento de reclamação disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná

- 70) Reclamação Disciplinar nº 1.00490/2019-06 (Recurso Interno)
Recorrente: Associação Brasileira de Juristas pela Democracia
Advogados: Rivadavio Anadão de Oliveira Guassu – OAB/DF n.º 41777; Raimundo Cezar Britto Aragão – OAB/DF n.º 32147-B; Nuredin Ahmad Allan – OAB/PR n.º 37.148-A
Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
Advogado: Matheus Capatti Nunes Coimbra – OAB/DF n.º 52.810
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 71) Reclamação Disciplinar nº 1.00711/2020-62 (Recurso Interno)
Recorrente: Novo Porto Terminais Portuários Multicargas e Logística Ltda.
Advogado: Cesar Lourenço Soares Neto – OAB/PR n.º 29201
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Paraná
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Paraná.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Paraná
- 72) Reclamação Disciplinar nº 1.00784/2020-45 (Recurso Interno)
Recorrente: Claudio Bomfim de Castro e Silva
Advogado: Carlo Huberth Castro Cueva e Luchione – OAB/RJ n.º 47698
Recorridos: Membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Advogados: Aristides Junqueira Alvarenga – OAB/DF n.º 12.500; Juliana Moura Alvarenga Dilascio – OAB/DF n.º 20.522; Luciana Moura Alvarenga Simioni – OAB/DF n.º 1878-A
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro
- 73) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00679/2021-23
Requerente: Carlos Moises da Silva
Advogado: Luis Irapuan Campelo Bessa Neto – OAB/SC n.º 041393
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Terceira Turma Revisora do Conselho Superior. Apuração de atos de improbidade administrativa praticados na aquisição de 200 ventiladores pulmonares, pelo Estado de Santa Catarina, no âmbito do Inquérito Civil nº 06.2020.00001921-9. Apreciação de Promoção Parcial de Arquivamento com relação ao Governador do Estado. Alegação de violação às prerrogativas do exercício profissional da advocacia, bem como ao devido processo legal. Pedido de liminar.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Santa Catarina

- 74) Reclamação Disciplinar nº 1.00741/2021-96 (Recurso Interno)
- Recorrente: Cristiano Zanin Martins
- Advogados: Lyzie de Sousa Andrade Perfi – OAB/SP n.º 368980; Eduardo Ramos Junior – OAB/SP n.º 304887; Maria de Lourdes Lopes – OAB/SP n.º 77513; Eliakin Tatsuo Yokosawa Pires dos Santos – OAB/SP n.º 386266; Guilherme Queiroz Gonçalves – OAB/DF n.º 37961; Victor Lugan Rizzon Chen – OAB/SP n.º 448673; Valeska Teixeira Zanin Martins – OAB/SP n.º 153720; Ari Crispim dos Anjos Junior – OAB/SP n.º 256825; William Gabriel Waclawovsky – OAB/SP n.º 373933
- Recorridos: Membros do Ministério Público Federal
- Advogados: Andre Fonseca Roller – OAB/DF n.º 20.742; Fernando Gaião Torreão de Carvalho – OAB/DF n.º 20.800; Felipe de Oliveira Mesquita – OAB/DF n.º 34.673
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membros do Ministério Público Federal.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Rio de Janeiro
- 75) Reclamação Disciplinar nº 1.01351/2021-15 (Recurso Interno)
- Recorrente: Ordem dos Advogados do Brasil
- Advogado: João Augusto Soares Viegas – OAB/AL n.º 8814
- Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de Alagoas
- Advogado: Lucas Almeida de Lopes Lima – OAB/AL n.º 12.623
- Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Alagoas
- 76) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00065/2022-31
- Requerente: Ordem dos Advogados do Brasil Seção da Bahia
- Advogado: Edgard da Costa Freitas Neto – OAB/BA n.º 26466
- Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
- Interessados: Associação Nacional dos Procuradores Municipais; Associação do Ministério Público do Estado da Bahia; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público – CONAMP; Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; Priscilla Lisboa Pereira
- Advogado: Manoel Joaquim Pinto Rodrigues da Costa – OAB/BA n.º 11.024
- Objeto: Ministério Público do Estado da Bahia. Recomendação 01/2022, expedida pela Promotoria de Justiça de Proteção da Moralidade Administrativa e do Patrimônio Público – 7ª Promotoria de Justiça. Rescisão imediata de contratos administrativos firmados com escritórios de advocacia mediante inexigibilidade de licitação prescindindo da demonstração prévia de ocorrência, no caso concreto, de ilícito. Alegação de falta de fundamentação apropriada, exigida pelo art. 7º, da Resolução CNMP n.º 164/2017. Pedido de liminar.
- Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
- Origem: Bahia

- 77) Proposição nº 1.00225/2022-24
Requerente: Rinaldo Reis Lima
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Alteração do Regimento Interno do CNMP. Resolução CNMP nº 92, de 13 de março de 2013. Aumento da duração do Plenário Virtual.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Distrito Federal
- 78) Pedido de Providências nº 1.00306/2022-24
Requerente: Uly Tognolo
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Alegação de irregularidades na avaliação funcional de servidores.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: São Paulo
- 79) Notícia de Fato nº 1.00533/2022-78 (Recurso Interno)
Recorrente: Frederico Batistella Yasuda
Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: São Paulo
- 80) Reclamação Disciplinar nº 1.00608/2022-48 (Processo Sigiloso)
Requerente: Sigiloso
Requerido: Membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Interessados: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; Corregedoria Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: Distrito Federal
- 81) Pedido de Providências nº 1.00719/2022-81
Requerente: João Paulo da Silva Mendes
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Regulamentação de assistência médico-hospitalar a servidores do quadro auxiliar. Distinção para com membros. Alegação de violação ao princípio da isonomia. Alegação de não cumprimento da Resolução CNMP n.º 223/2020.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Minas Gerais

- 82) Pedido de Providências nº 1.00724/2022-58
Requerente: Viviane Mendes dos Santos
Requerido: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Objeto: Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Atuação. Promoção de arquivamento. Promotoria de Justiça PRÓ-VIDA. Notícia de Fato nº 08190.006465/21-21. Procedimento Administrativo 08190.000869/20-66. Apuração de fatos possivelmente ilícitos imputados a servidores do IML/PCDF. Pedido liminar.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Distrito Federal
- 83) Reclamação Disciplinar nº 1.00974/2022-51
Requerente: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Requerido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Interessados: Corregedoria Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo; Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Oswaldo D'Albuquerque Lima Neto
Origem: São Paulo
- 84) Conflito de Atribuições nº 1.01152/2022-98
Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil n.º 1.22.004.000075/2022-51. Utilização de veículo do transporte escolar (ônibus) para o transporte de pessoas para tratamento de saúde no Município de Alfenas, com suposto desvio de finalidade.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Minas Gerais
- 85) Pedido de Providências nº 1.01189/2022-07
Requerente: Luis Fernando Cardoso Rezende
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Comunicação 818700. MPRJ 202200882513. Indeferimento de pedido de acesso à informação. Alegação de dificuldades para ter conhecimento dos motivos da negativa e para exercer o direito de recorrer da decisão proferida pela 6ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa da Cidadania da Capital.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Rio de Janeiro

- 86) Conflito de Atribuições nº 1.01193/2022-20
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ n.º 2015.01162983 (Conflito de Atribuição n.º 1.00.000.011812/2018-62). Apuração de possível poluição atmosférica decorrente do transporte de minério de ferro em vagões de trem sem proteção que impeça a dispersão das partículas no ar, em desrespeito à legislação municipal de Mangaratiba. 1ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva do Núcleo Angra dos Reis.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Rio de Janeiro
- 87) Conflito de Atribuições nº 1.01200/2022-93
Requerentes: Procuradoria Regional do Trabalho – 17ª Região/ES; Procuradoria do Trabalho no Município de Colatina – 17ª Região/ES
Requeridos: Ministério Público do Estado do Espírito Santo; Promotoria de Justiça de Marilândia
Objeto: Ministério Público do Trabalho no Estado do Espírito Santo. Ministério Público do Estado do Espírito Santo. OUV2022095990. NF 000081.2022.17.003/0. Possíveis irregularidades na eleição da diretoria e da presidência do Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Marilândia/ES.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Espírito Santo

Processos desta Sessão (14/02/2023)

- 88) Proposição nº 1.00278/2021-28 (Apenso: Processo nº 1.00713/2021-60)
Requerente: Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Interessados: Associação Nacional do Ministério Público Militar; Associação Nacional dos Procuradores da República; Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho; Associação Nacional dos Membros do Ministério Público; Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência; Ministérios Públicos Estaduais; Ramos do Ministério Público da União
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Proposta de Resolução. Critérios para promoção e remoção por merecimento e para permuta entre membros do Ministério Público, consolidando as Resoluções nº 2/2005, e nº 215/2020.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Distrito Federal

- 89) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00097/2022-82 (Embargos de Declaração)
Embargante: Daniel Balan Zappia
Advogado: Jose Fabio Marques Dias Junior – OAB/MT nº 6.398
Embargado: Corregedoria Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Reclamação Disciplinar nº 1.01456/2021-29. Entrevista concedida a portal de notícias, com possíveis ofensas e juízos depreciativos à atuação de integrante do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como à atuação da própria instituição.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Mato Grosso
- 90) Reclamação Disciplinar nº 1.00259/2022-82 (Recurso Interno) (Processo Sigiloso)
Recorrente: Sigiloso
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado do Piauí
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado do Piauí.
Relator: Cons. Daniel Carnio Costa
Origem: Piauí
- 91) Notícia de Fato nº 1.00391/2022-67 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Objeto: Notícia de Fato. Membros do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Bahia
- 92) Reclamação Disciplinar nº 1.00407/2022-13 (Recurso Interno)
Recorrente: Eronildo dos Santos Lima
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: São Paulo
- 93) Processo Administrativo Disciplinar nº 1.00536/2022-39 (Embargos de Declaração)
Embargante: Edmar Augusto Gomes
Advogado: Bernardo Ribeiro Câmara – OAB/MG nº 76740
Embargado: Conselho Nacional do Ministério Público
Objeto: Membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Manifestação pública indevida. Violação a direitos da comunidade LGBTIQIA+. Informações colhidas na Revisão de Processo Disciplinar CNMP nº 1.01355/2021-30. Portaria GAB-EAM/CNMP Nº 1/2022.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Minas Gerais

- 94) Conflito de Atribuições nº 1.00555/2022-74
Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público Federal
Interessados: 3ª Promotoria de Justiça de Tutela Coletiva de Defesa do Consumidor e do Contribuinte da Capital; PRM-RJ-S.P.Aldeia-1º Ofício
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuição. Notícia de Fato nº 1.30.009.000025/2022-52. Apuração de possível descumprimento pelo Banco do Brasil das medidas determinadas pela MP 1090/2021, que estabelece os requisitos e as condições para realização das transações resolutivas de litígio relativas à cobrança de créditos do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.
Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa
Origem: Rio de Janeiro
- 95) Conflito de Atribuições nº 1.00582/2022-47
Requerente: Procuradoria da República – Paraíba
Requerido: Ministério Público do Estado da Paraíba
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado da Paraíba. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Civil nº 1.24.000.001110/2019-10. Apuração de danos ambientais promovidos por mineração ilegal de areia, localizada no sítio Sobradinho, Zona Rural do Município de Alhandra/PB.
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Paraíba
- 96) Consulta nº 1.00590/2022-84 (Embargos de Declaração)
Embargantes: Associação Piauiense do Ministério Público; Maria Carmen Coutinho Cavalcanti
Embargados: Ministério Público do Estado do Piauí; Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Piauí
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Resolução nº 223, de 16 de dezembro de 2020, do CNMP. Direito do auxílio-saúde a membros inativos. Marco temporal.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Piauí
- 97) Proposição nº 1.00640/2022-97 (Processo Sigiloso)
Requerente: Ângelo Fabiano Farias da Costa
Objeto: Conselho Nacional do Ministério Público. Institui a Doutrina de Inteligência do Ministério Público brasileiro.
Relator: Cons. Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Origem: Distrito Federal
- 98) Reclamação Disciplinar nº 1.00660/2022-86 (Recurso Interno)
Recorrente: Clessio Alves Sousa
Recorrido: Membro do Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Reclamação Disciplinar instaurada em desfavor de membro do Ministério Público do Estado da Bahia.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Bahia

99) Pedido de Providências nº 1.00711/2022-42 (Embargos de Declaração)

Embargante: José Carlos Cruz

Advogados: Rodrigo Diegues Cruz – OAB/SP n.º 458273; José Carlos Cruz – OAB/SP n.º 264514

Embargados: Ministério Público do Estado de São Paulo; Procuradoria Geral de Justiça

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Pedido de Providência quanto à atuação do promotor de justiça no exercício do controle externo da atividade policial. Inquérito Policial nº 2094221/2019. Autos nº 1526201-38.2019.8.26.0050.

Relator: Cons. Ângelo Fabiano Farias da Costa

Origem: São Paulo

100) Conflito de Atribuições nº 1.00870/2022-00

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso

Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de Mato Grosso. Conflito negativo de atribuições. Procedimento MPRJ nº 2022.00514375. Notícia de Fato MP/MT 005219-001/2022. Apuração de suposto crime de falsidade material de documento. Pedido de indenização em razão de acidente de trânsito.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Mato Grosso

101) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.00951/2022-00

Requerente: Marcelo Auday de Pinho

Requerido: Ministério Público do Estado do Amazonas

Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Decisão. Procedimento 2022.012312. Concessão de dois vencimentos por comprovado acidente de trabalho. Indeferimento do procedimento 2019.026614. Ausência de justificativa com respaldo legal. Pedido liminar.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Amazonas

102) Notícia de Fato nº 1.00987/2022-67 (Recurso Interno)

Recorrente: Clessio Alves Sousa

Objeto: Notícia de Fato. Membro do Ministério Público do Estado da Bahia. Informa supostas irregularidades na atuação funcional.

Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos

Origem: Bahia

- 103) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01039/2022-49 (Embargos de Declaração)
- Embargante: Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério Público da União e do Conselho Nacional do Ministério Público
- Advogado: Fabio Fontes Estillac Gomez – OAB/DF nº 34.163
- Embargados: Ministério Público da União; Procuradoria Geral da República
- Objeto: Ministério Público da União. Solicita a desconstituição da Portaria PGR/MPU n.º 104/2022, que regulamenta o teste de aptidão física para percepção da gratificação de atividade de segurança, por não oportunizar a participação das entidades sindicais na formulação do ato normativo. Violação dos direitos coletivos, de associação e de representação sindical das entidades. Pedido de Liminar.
- Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
- Origem: Distrito Federal
- 104) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01105/2022-26 (Embargos de Declaração) (Processo Sigiloso)
- Embargantes: Sigilosos
- Advogada: Jane Maria Gomes Pancinha – OAB/RS n.º 87543
- Embargado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. XLIX Concurso para Ingresso à Carreira. Pedido de anulação da questão nº 3, do Grupo III, da prova discursiva. Exigência, no espelho de correção, de conhecimentos sobre doutrina estrangeira e autores não citados pela doutrina consagrada e jurisprudência. Alegação de ilegalidade, desproporcionalidade e teratologia.
- Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
- Origem: Rio Grande do Sul
- 105) Conflito de Atribuições nº 1.01145/2022-04
- Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
- Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0006034-69.2022.8.26.0050. Apuração de crime de estelionato. Vítima residente em Morada Nova de Minas/MG efetuando depósito em conta bancária sediada em São Paulo/SP.
- Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
- Origem: Minas Gerais
- 106) Conflito de Atribuições nº 1.01203/2022-54
- Requerente: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul
- Requerido: Ministério Público do Estado do Paraná
- Objeto: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul. Ministério Público do Estado do Paraná. Inquérito Policial n.º 5020408-37.2020.8.21.0010/RS. Apuração de possível crime de receptação. 5ª Vara Criminal da Comarca de Londrina. 3ª Vara Criminal de Caxias do Sul/RS.
- Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
- Origem: Paraná

107) Conflito de Atribuições nº 1.01212/2022-45

Requerente: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuição. Procedimento MPRJ 2022.00942811. Apuração de possível crime de tentativa de estelionato, em razão de proposta enviada pela empresa "Global Travels e Tours Brasil".
Relator: Cons. Paulo Cezar dos Passos
Origem: Rio de Janeiro

108) Pedido de Providências nº 1.01217/2022-13 (Recurso Interno)

Recorrente: Fort da Amazônia Eireli
Advogado: Martha Mafra Gonzalez – OAB/AM nº 4.103
Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas
Objeto: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promoção de Arquivamento. Procedimentos 0643225.69.2019.8.04.0001, 0758793.02.2020.8.04.0001 e 0727868.23.2020.8.04.0001. Apuração de responsabilidade criminal de apresentarem notas comerciais falsas na justiça do Estado do Amazonas. Empresa TRINIDAD CEMENT LIMITED.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Amazonas

109) Conflito de Atribuições nº 1.01228/2022-11

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 02.2022.00118368-9. Execução de pena de multa aplicada na Ação Penal nº 0002735-19.2018.8.24.0038. Comarca de Joinville/SC. Comarca de Mundo Novo/MS.
Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda
Origem: Santa Catarina

110) Conflito de Atribuições nº 1.01250/2022-16

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Ministério Público do Estado de Pernambuco
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado de Pernambuco. Conflito Negativo de Atribuições. IC nº 01.2021.00019580-8. IP nº 01010.0043.00172/2021-1.3. SAJ nº 01.2021.00019580-8. Apura suposta prática de crimes de infração de medida sanitária preventiva e de abuso de autoridade por Deputado Estadual do Ceará. Inquérito policial registrado em delegacia de polícia de Porto de Galinhas/PE.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Ceará

111) Pedido de Providências nº 1.01251/2022-70

Requerente: Lorival Ramos Junior

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Andamento de representação. Promoção de arquivamento. Protocolo 222.0142.0004960/2022. Procedimento 037.0739.0019800/2022. Apuração de vários atos delituosos contra o requerente.

Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves

Origem: São Paulo

112) Conflito de Atribuições nº 1.01255/2022-94

Requerente: Procuradoria da República – Rio de Janeiro

Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Rio de Janeiro. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.30.001.001288/2022-59. Apuração de possíveis crimes contra a administração pública em contratos firmados entre a Secretaria de Estado de Saúde e Defesa Civil e a sociedade empresária Cientificlab Produtos Laboratoriais e Sistemas Ltda., nos termos do Processo TCE/RJ nº 15.681-6/2008.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: Rio de Janeiro

113) Conflito de Atribuições nº 1.01264/2022-85

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Ministério Público do Estado de São Paulo

Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Procedimento 02.2022.00136742-8. Execução de pena de multa aplicada nos autos do processo 1500199-84.2020.8.26.0603. 2ª Vara Judicial do Foro de Guararapes/SP. 50ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS.

Relator: Cons. Jaime de Cassio Miranda

Origem: São Paulo

114) Conflito de Atribuições nº 1.01265/2022-39

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná

Requerido: Procuradoria da República – Paraná

Objeto: Ministério Público Federal no Estado do Paraná. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Procedimento PGJ/MPPR nº 20713/2022. Notícia de Fato nº 1.25.000.004270/2022-89. Apuração de notícia apresentada pelo Consórcio Intergestores Paraná Saúde acerca de problemas vivenciados na aquisição de medicamentos para atendimento à Assistência Farmacêutica no Sistema Único de Saúde.

Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto

Origem: Paraná

115) Conflito de Atribuições nº 1.01269/2022-53

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Procuradoria da República – São Paulo
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público Federal. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial nº 1517673-78.2020.8.26.0050. Processo SEI 29.0001.0222198.2021-06. Apuração de possíveis delitos de falsificação de documento público, falsidade ideológica e estelionato, com uso do nome da Receita Federal, sob o falso pretexto de oferecer empréstimo.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: São Paulo

116) Representação por Inércia ou Excesso de Prazo nº 1.01273/2022-76

Requerente: Rodrigo da Costa Gomes
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Alegação de ausência de resposta referente à reclamação contra o Ministério da Educação.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Ceará

117) Conflito de Atribuições nº 1.01274/2022-20

Requerente: Ministério Público do Estado do Paraná
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado do Paraná. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato MPPR 0010.22.002297-3. Autos de Execução de Pena nº 8000008-78.2022.8.24.0015. Execução da pena de multa aplicada à condenação de crime de estelionato. Comarca de Canoinhas/SC. Comarca de Araucária/PR.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Santa Catarina

118) Procedimento de Controle Administrativo nº 1.01276/2022-37 (Recurso Interno)

Recorrente: Sergio Soares da Silva Paim
Recorridos: Conselho Nacional do Ministério Público; Procuradoria Geral da República
Objeto: Ministério Público Federal. Conselho Nacional do Ministério Público. Pede apuração quanto acumulação dos cargos de membro auxiliar de comissão do CNMP com o cargo de chefe de gabinete da PGR e, em seguida, com o cargo de Secretária de Relações Institucionais do MPU. Inconsistências nas informações apresentadas pelo parquet.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Distrito Federal

119) Conflito de Atribuições nº 1.01279/2022-06

Requerente: Procuradoria da República – Santa Catarina
Requerido: Ministério Público do Estado de Santa Catarina
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Santa Catarina. Ministério Público do Estado de Santa Catarina. Conflito Negativo de Atribuições. Apuração de irregularidades na concessão de licença ambiental para supressão de vegetação, em imóvel localizado no Loteamento São José. Possível pertencimento da área como terreno de marinha.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Santa Catarina

120) Conflito de Atribuições nº 1.01282/2022-67

Requerente: Procuradoria da República – Alagoas/União dos Palmares
Requerido: Ministério Público do Estado de Alagoas
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Alagoas. Ministério Público do Estado de Alagoas. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.11.001.000083/2022-10. Inquérito Civil SAJ/MPAL 06.2019.00000170-706.2019.00000170-7. Apuração da instalação de Estação de Rádio Base da empresa Nextel Telecomunicações sem licença do Instituto do Meio Ambiente do Estado de Alagoas. Município de Girau do Ponciano/AL.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Alagoas

121) Conflito de Atribuições nº 1.01285/2022-28

Requerente: Procuradoria Regional Eleitoral – SE
Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe
Objeto: Ministério Público do Estado de Sergipe. Ministério Público Eleitoral no Estado de Sergipe. 2ª Promotoria de Justiça de Neópolis (15ª Zona Eleitoral). Conflito Negativo de Atribuições. Procedimento Extrajudicial-PROEJ nº 106.22.01.0065. Apura realização de evento particular de cunho político-eleitoral em escola pública municipal, localizada no Povoado de Estiva Raposo, em Pacatuba, com possível dano ao patrimônio público.
Relator: Cons. Jayme Martins de Oliveira Neto
Origem: Sergipe

122) Conflito de Atribuições nº 1.01289/2022-42

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro. Conflito Negativo de Atribuições. Processo MPSP SEI nº 29.0001.0200255.2022-85. Procedimento MPRJ nº 2022.00702912. 21ª Promotoria de Justiça Criminal de Guarulhos. 2ª Promotoria de Justiça de Investigação Penal da Ilha do Governador e Bonsucesso. Apura crime de apropriação indébita de veículo locado no Estado do Rio de Janeiro por pessoa residente no Estado de São Paulo.
Relator: Cons. Moacyr Rey Filho
Origem: Rio de Janeiro

123) Conflito de Atribuições nº 1.01293/2022-65

Requerente: Procuradoria da República – Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado da Bahia
Objeto: Ministério Público Federal no Estado da Bahia. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito negativo de atribuições. Notícia de Fato nº 1.14.001.000110/2022-34. Apuração de irregularidades no uso dos recursos do FUNDEB, exercício 2021. Rateio das sobras destinadas aos servidores da educação. Município de Jussari/BA.
Relator: Cons. Rogério Magnus Varela Gonçalves
Origem: Bahia

124) Conflito de Atribuições nº 1.00003/2023-47

Requerente: Procuradoria da República – Minas Gerais
Requerido: Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Objeto: Ministério Público Federal no Estado de Minas Gerais. Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Conflito Negativo de Atribuições. Notícia de Fato nº 1.22.004.000112/2022-21. Notícia de Fato nº MPMG-0479.22.000328-5. Apurar suposto crime de falsificação de documentos particulares utilizados para incorporação ilícita de terras públicas pertencentes ao Parque Nacional da Serra da Canastra.
Relator: Cons. Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Origem: Minas Gerais

125) Conflito de Atribuições nº 1.00007/2023-61

Requerente: Ministério Público do Estado do Ceará
Requerido: Procuradoria da República – Ceará/Maracanaú
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público Federal no Estado do Ceará. Conflito Negativo de Atribuições. Protocolo nº 02.2021.00063013-2. Visa apurar ataques hackers ocorridos durante reunião plenária virtual de eleição para direção geral do Instituto Federal do Ceará – Campus de Crateús.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Ceará

126) Conflito de Atribuições nº 1.00011/2023-84

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de São Paulo. Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Conflito negativo de atribuições. Peças de Informação nº 42.0161.0000336/2022 (SEI nº 29.0001.0060101.2022-79). Instauração de procedimentos para investigar a adequação de bicicletas às exigências do Código de Trânsito, identificando empresas localizadas no Estado de São Paulo. Empresa “ATRIO ESPORTES”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

127) Conflito de Atribuições nº 1.00012/2023-38

Requerente: Ministério Público do Estado de São Paulo
Requerido: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Objeto: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul. Ministério Público do Estado de São Paulo. Conflito negativo de atribuições. Peças de Informação nº 66.0161.0000480/2022 (SEI nº 29.0001.0075639.2022-78). Instauração de procedimentos para investigar a adequação de bicicletas às exigências do Código de Trânsito, identificando empresas localizadas no Estado de São Paulo. Empresa “Treck Bikes”.
Relator: Cons. Engels Augusto Muniz
Origem: Mato Grosso do Sul

128) Conflito de Atribuições nº 1.00042/2023-71

Requerente: Procuradoria da República – Rio Grande do Norte/Ceará-Mirim
Requerido: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte
Objeto: Ministério Público Federal. Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Conflito negativo de atribuição. Inquérito Policial n.º 0810796-26.2021.4.05.8400. Possível prática de homofobia por parte de apresentador de televisão em desfavor da Governadora do Rio Grande do Norte.
Relator: Cons. Rinaldo Reis Lima
Origem: Amazonas

129) Conflito de Atribuições nº 1.00084/2023-67

Requerente: Ministério Público do Estado da Bahia
Requerido: Ministério Público do Estado do Ceará
Objeto: Ministério Público do Estado do Ceará. Ministério Público do Estado da Bahia. Conflito Negativo de Atribuições. IDEA-MPBA Nº 003.9.316256/2022. MPCE nº 08.2020.00101978-1. Apura suposto crime de estelionato envolvendo as empresas Belcorp, Telefônica do Brasil e Tim do Brasil sediadas nos Estados de São Paulo e da Bahia e vítima residente no Município de Crato-CE.
Relator: Cons. Otavio Luiz Rodrigues Junior
Origem: Ceará

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS
Presidente do Conselho Nacional do Ministério Público